



JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE ABRIL DE 2026

ANO XXIX_MÊS IV_SEMANA XVIII

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

LEI MUNICIPAL Nº 743/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO, GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO, GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR ATIVIDADE PRIORITÁRIA E ESTRATÉGICA (GEAPE) E GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA POR ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (GTATA) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IGARACY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais especialmente, o disposto no art. 42, IV, da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal, **APROVOU** e ela **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei estabelece os critérios, limites e condições para a concessão da Gratificação por Serviço Extraordinário, da Gratificação pelo Desempenho de Função, da Gratificação Especial por Atividade Prioritária e Estratégica (GEAPE) e da Gratificação Temporária por Atividade Técnico-Administrativa (GTATA) aos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Igaracy.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - **Vencimento-Base**: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, não acrescido de quaisquer outras vantagens;

II - **Servidores de cargos não estruturados em carreira**: aqueles cujos cargos não integram um plano de carreira formalmente instituído por lei municipal.

CAPÍTULO II DA GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 3º - A Gratificação por Serviço Extraordinário (hora extra) destina-se a remunerar os serviços prestados em situações excepcionais e temporárias, que excedam a duração normal da jornada de trabalho do servidor.

Art. 4º - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, e de 100% (cem por cento) se prestado em dias de descanso semanal remunerado ou feriados.

§ 1º A base de cálculo para a hora extra será o valor da hora normal de trabalho do servidor, calculado sobre o seu vencimento-base.

§ 2º A Gratificação por Serviço Extraordinário possui caráter eventual, não se incorpora à remuneração ou aos proventos de aposentadoria e não serve de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

CAPÍTULO III DA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO

Art. 5º - A Gratificação pelo Desempenho de Função será concedida ao servidor público efetivo investido em função de chefia, direção ou assessoramento, formalmente designada por ato da autoridade competente.

Art. 6º - O valor da Gratificação pelo Desempenho de Função será fixado em lei específica, em valor nominal ou em percentual incidente exclusivamente sobre o vencimento-base do servidor.

Art. 7º - A Gratificação pelo Desempenho de Função possui natureza *pro labore faciendo* e transitória, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua incorporação à remuneração do servidor ou aos seus proventos de aposentadoria, nos termos do art. 39, § 9º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR ATIVIDADE PRIORITÁRIA E ESTRATÉGICA (GEAPE)

Art. 8º - A Gratificação Especial por Atividade Prioritária e Estratégica (GEAPE) destina-se a remunerar servidores efetivos designados para atuar em projetos ou atividades considerados de alta relevância para o desenvolvimento municipal, que exijam dedicação especial e conhecimentos técnicos aprofundados.

Art. 9º - A GEAPE será concedida por ato do Chefe do Poder Executivo, que deverá conter a justificativa do interesse público, a descrição da atividade, as metas a serem alcançadas e o prazo de duração, não superior a 24 (vinte e quatro) meses, admitida uma única prorrogação por até 12 (doze) meses.

Art. 10º - O valor da GEAPE será fixado em percentual incidente sobre o vencimento-base do servidor, de acordo com os seguintes critérios de responsabilidade e complexidade:

I - **Nível I** - 25% (vinte e cinco por cento): para participação em equipes de apoio a projetos estratégicos.

II - **Nível II** - 50% (cinquenta por cento): para atuação técnica especializada na execução de fases de projetos estratégicos.

III - **Nível III** - 75% (setenta e cinco por cento): para coordenação técnica ou setorial de projetos estratégicos.

IV - **Nível IV** - 100% (cem por cento): para a coordenação geral de projetos ou programas estratégicos prioritários para a gestão municipal.

Parágrafo único. O enquadramento da atividade nos níveis descritos neste artigo deverá ser devidamente justificado no ato de concessão da gratificação.

Art. 11 - A GEAPE possui natureza *pro labore faciendo* e transitória, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua incorporação à remuneração do servidor ou aos seus proventos de aposentadoria.

CAPÍTULO V DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA POR ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (GTATA)

Art. 12 - A Gratificação Temporária por Atividade Técnico-Administrativa (GTATA) destina-se a remunerar, em caráter excepcional e transitório, o desempenho de atividades que exijam conhecimentos técnicos ou administrativos específicos e que não se configurem como atribuições rotineiras do cargo, sendo devida exclusivamente a servidores ocupantes de cargos não estruturados em carreira.

Art. 13 - A GTATA será concedida por ato do Chefe do Poder Executivo, que especificará a atividade a ser desempenhada e o prazo de duração, não superior a 12 (doze) meses, admitida uma única prorrogação por igual período.

Art. 14 - O valor da GTATA será fixado em percentual incidente sobre o vencimento-base do servidor, de acordo com os seguintes critérios de complexidade e responsabilidade da atividade a ser desempenhada:

I - **Nível I** - 25% (vinte e cinco por cento): para atividades de apoio técnico ou administrativo de baixa complexidade.

II - **Nível II** - 50% (cinquenta por cento): para atividades de média complexidade, que envolvam análise técnica ou elaboração de relatórios circunstanciados.

III - **Nível III** - 75% (setenta e cinco por cento): para atividades de alta complexidade, que exijam notório conhecimento técnico e envolvam a coordenação de atividades ou a elaboração de pareceres técnicos conclusivos.

IV - **Nível IV** - 100% (cem por cento): para atividades de natureza estratégica e altíssima complexidade, como a coordenação de comissões especiais ou a gestão de sistemas de grande impacto para a administração.

Parágrafo único. O enquadramento da atividade nos níveis descritos neste artigo deverá ser devidamente justificado no ato de concessão da gratificação.

Art. 15 - A GTATA possui natureza *pro labore faciendo* e transitória, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua incorporação à remuneração do servidor ou aos seus proventos de aposentadoria.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 - É vedada a acumulação da Gratificação pelo Desempenho de Função com a Gratificação Temporária por Projeto ou Atividade Específica, devendo o servidor, se for o caso, optar por uma delas.

Art. 17 - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, estabelecendo critérios de avaliação, limites financeiros e procedimentos administrativos.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, devendo sua concessão observar os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 19 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial leis ou artigos anteriores que tratem do tema.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aguair, 28 de abril de 2026.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE ABRIL DE 2026

ANO XXIX_MÊS IV_SEMANA XVIII



LEI MUNICIPAL Nº 744/2026

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL DE IGARACY/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais especialmente, o disposto no art. 42, IV, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, APROVOU e ela SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB (PMED-Igaracy), com vigência de 10 (dez) anos, em consonância com o Plano Municipal de Educação (PME), como instrumento orientador das políticas públicas de Educação Digital no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB fundamenta-se:

I – na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
II – no Complemento à BNCC – Computação, conforme Resolução CNE/CEB nº 1/2022;
III – na Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533/2023;
IV – nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Educação Digital e Midiática;
V – nos princípios da equidade, inclusão, gestão democrática e qualidade social da educação.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios do Plano Municipal de Educação Digital:

I – garantia do direito à aprendizagem digital;
II – promoção do uso ético, crítico, seguro e responsável das tecnologias digitais;
III – desenvolvimento da cidadania digital;
IV – valorização da formação continuada dos profissionais da educação;
V – respeito às diversidades e redução das desigualdades digitais.

Art. 4º Constituem objetivos do Plano Municipal de Educação Digital:

I – Integrar a Educação Digital ao currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

II – desenvolver competências digitais dos estudantes;
III – fortalecer práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV – promover a formação continuada dos profissionais da educação;
V – assegurar infraestrutura, conectividade e recursos educacionais digitais adequados.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 5º A Educação Digital será organizada a partir dos seguintes eixos estruturantes:

I – Pensamento Computacional;
II – Mundo Digital;
III – Cultura Digital.

Art. 6º A Educação Digital será implementada:

I – de forma transversal na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

II – de forma transversal e como componente curricular específico nos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 7º O Município assegurará políticas permanentes de formação continuada em Educação Digital para professores, gestores escolares e demais profissionais da educação.

Art. 8º As ações formativas deverão contemplar:

I – competências digitais docentes;
II – uso pedagógico de tecnologias digitais;
III – educação midiática e cidadania digital;
IV – proteção de dados e uso seguro da internet.

CAPÍTULO V DA INFRAESTRUTURA, CONECTIVIDADE E RECURSOS

Art. 9º O Município adotará medidas para garantir:

I – conectividade adequada nas unidades escolares;
II – disponibilidade de dispositivos e recursos tecnológicos;
III – acesso a Recursos Educacionais Digitais de qualidade;
IV – políticas de uso seguro e responsável das tecnologias.

CAPÍTULO VI DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

Art. 10. A execução do Plano Municipal de Educação Digital será acompanhada e avaliada periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação do Conselho Municipal de Educação.



tes;

Art. 11. O monitoramento considerará indicadores relacionados:

I – ao acesso e uso das tecnologias digitais;
II – ao desenvolvimento das competências digitais dos estudantes;

III – à formação dos profissionais da educação;
IV – à infraestrutura e conectividade das unidades escolares.

Art. 12. O Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB será objeto de avaliações periódicas, no mínimo a cada 4 (quatro) anos, podendo ser revisado e atualizado, mediante ato normativo do Poder Executivo, assegurada a participação da comunidade escolar e do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB integra o Sistema Municipal de Ensino e deverá ser incorporado aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Igaracy, 28 de abril de 2026.

Ednaiton Sabino da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL

RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, através da Comissão de Fiscalização e Apoio da Lei Aldir Blanc-PNAB, Ciclo 2, instituída pelo decreto nº 41, em consonância com Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, denominada Lei Aldir Blanc - PNAB, de acordo com as disposições contidas no Edital Nº 001/2026 para Fomento à Premiações Culturais, torna público o resultado preliminar da fase de classificação / habilitação, conforme tabela anexa.

PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO NA FASE PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO

29 e 30/04/2026

Os INABILITADOS deverão preencher e assinar o formulário de recurso (que está disponível no site da prefeitura na aba PNAB), e entregar na Secretaria de Cultura até o dia 30 de abril junto com as respectivas documentações que faltarem.

IGARACY - PB, 28 de abril de 2026.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E APOIO DA LEI ALDIR BLANC-PNAB-CICLO 2

MEMBRO 1 Gustavo Ruan Duarte Alves

MEMBRO 2 Felipe de Souza Almeida lunar

MEMBRO 3 Marcos Fernandes Dos Santos

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE ABRIL DE 2026

ANO XXIX_MÊS IV_SEMANA XVIII

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

RESULTADO PRELIMINAR FASE DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO – EDITAL 001

Nº	PROponente	PROPOSTA	CATEGORIA	SITUAÇÃO	MOTIVO
01	LAURENI GOMES DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
02	PEDRO BRASILEIRO JUNIOR	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADO	...
03	REJANE VIRGOLINO DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
04	ARIANA GOMES DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
05	MARIA EDLENA ALVES SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
06	JOSEFA IVONETE DE MORAIS OLIVEIRA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
07	FRANCISCA LIMA DA SILVA GOMES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
08	EVANDI PINTO MOURA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADO	...
09	MARIA LOURDES DE MACEDO	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
10	MARLENE GOMES DUARTE ARANHA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA	ARTESANATO	HABILITADA	...

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

		PREFEITURA			
11	JOANA OLIVEIRA DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
12	MARIA APARECIDA ALENCAR ALVES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
13	DAMIANA PERREIRA BENTO SIVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
14	ROSIMEIRE DINIZ DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
15	MARIA DE LOUDES LEITE DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
16	JOSE CAZUZA GOMES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADO	...
17	ELIANE LEITE DE MOURA GOMES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
18	FRANCISCA ALMIRA VITAL DE QUEIROZ	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
19	MALVINA CANDIDA PERREIRA LIMA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
20	RITA DE CASSIA CAVALCANTE ALVES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA	ARTESANATO	HABILITADA	...

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

		PREFEITURA			
21	LUZIA CASSIANO DA SILVA MOURA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
22	MARIA FERNADA ARAUJO LEITE	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
23	MARIA SHEILA ARAUJO LEITE	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
24	MARIA DE FATIMA LEITE LAURENTINO	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
25	JOSEFA ANA DA CONCEIÇÃO SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
26	IVANEIDE DANTAS PASSOS	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
27	JOSI AMARO DE BARROS	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
28	JOSEFA FILHA LUCENA DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
29	NATALINA CARMEN BRASILEIRA TOMAZ	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
30	FRANCISCA JOCINEITE SILVA FARIAS	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA	ARTESANATO	HABILITADA	...

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

		PREFEITURA			
31	GERMILÂNDIA PRIMO DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
32	MARIA CASSIMIRA SILVA DA CONCEIÇÃO LACERDA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
33	MARIA ANA DA CONCEIÇÃO SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
34	EUGENAUARA ARAÚJO DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
35	IZIDRA ARAÚJO DE SOUZA E SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTESANATO	HABILITADA	...
36	DAMIÃO NUNES DE OLIVEIRA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	LOCUTOR	HABILITADO	...
37	MAYSA MAIRA CARNEIRO	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	DANÇA	HABILITADA	...
38	JOSEFA ALVES DE LIMA QUEIROZ	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	FOTOGRAFIA	HABILITADA	...
39	JONAS QUEIROZ DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	AUDIOVISUAL	HABILITADO	...
40	VICTOR LOHAN PEREIRA DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA	ARTES VISUAIS	HABILITADO	...

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE ABRIL DE 2026

ANO XXIX_MÊS IV_SEMANA XVIII

Prefeitura Municipal de Igaracy-PB
Secretaria de Cultura

		PREFEITURA			
41	LUCAS PEREIRA DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTES VISUAIS	HABILITADO	...
42	EMANUEL ALVARO CAVALCATE MARTINS	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTES PLÁSTICAS	HABILITADO	...
43	ANA PAULA SILVA SOARES	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	ARTES PLÁSTICAS	HABILITADA	...
44	DAMIÃO VIRGINIO DE SOUZA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	MÚSICA (INDIVIDUAL)	HABILITADO	...
45	AURISÉLIO OLIVEIRA COSTA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	MÚSICA (INDIVIDUAL)	HABILITADO	...
46	ROBERTO ALVES LIMA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	MÚSICA (INDIVIDUAL)	NÃO HABILITADO	O mesmo está inscrito na modalidade coletiva
47	JOSEFA HELENA DA SILVA	FICAR A DISPOSIÇÃO DE EVENTO CULTURAL DA PREFEITURA	MÚSICA (COLETIVO)	HABILITADO S	...

IGARACY-PB, 28 de abril de 2026

Ednailton Sabino da Silva
Prefeito Constitucional do Município de Igaracy-PB

Felipe de Souza Almeida Lunar
Secretário de Cultura de Igaracy-PB

PORTARIA Nº 063/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Avaliação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) – Ciclo 2, no âmbito do Município de Igaracy-PB, responsável pela análise do Edital nº 001/2026 (Edital de Premiação), nos termos da Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42 da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições da Lei Federal nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB),

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB (Ciclo 2), no âmbito do Município de Igaracy-PB, responsável pela análise e avaliação do Edital nº 001/2026 – Edital de Premiação:

I – Parecerista: Gilson Alves das Neves;
II – Parecerista: Marcelo Medeiros da Silva.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

